



Escola Nacional
de Formação
e Aperfeiçoamento
de Magistrados

Relatório de Visita Institucional Judicial - Amapá



Relatório de Viagem

Visita Técnica

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM

Data da Visita: 21 e 22 de maio de 2025

Local: Cidade do Macapá – AP

1. Instituição Visitada: EJAP – Escola Judicial do Amapá

2. Equipe da ENFAM:

Ministro Benedito Gonçalves – Diretor-Geral da ENFAM

Leonardo Peter da Silva – Secretário Executivo da ENFAM

Iraci Gonçalves Guimarães - Secretária Acadêmica e de Formação - Em substituição
- SGF/Enfam

Ana Paula Nóbrega C. de M. Antunes - Seção de Infraestrutura Educacional - SEINF/
ENFAM

Marizete da Silva Oliveira - Seção de Programas de Formação - SEPFO/ENFAM

Daniella Gonçalves Cabeceira - Seção de Credenciamento e Acompanhamento de
Cursos - SECRA/ENFAM

Ivan Gomes Bonifácio - Secretaria de Gestão Administrativa, Orçamentária e Financeira
- SGA/ENFAM

3. Dinâmica da Visita

21/05 - Período da tarde

A visita teve início com a recepção institucional pela equipe diretiva da EJAP, liderada pelo Desembargador Rommel Araújo de Oliveira, Diretor-Geral da Escola Judicial do Amapá (EJAP). A equipe da Escola estava presente: Secretária Camila, Coordenadores Adriana e Linaldo, Assessor Jurídico Alessandro e servidores do apoio técnico Alessandra e Michel.

Foram apresentadas as principais diretrizes da Escola e os desafios enfrentados na organização do calendário pedagógico. Em seguida, realizou-se reunião com a equipe técnico-pedagógica, abordando a estrutura das ações formativas e o relacionamento com a ENFAM via Renejum.

22/05 - Período da manhã

Realização de oficina para reflexão e desenvolvimento, com o objetivo de cocriar soluções inovadoras para os desafios da formação da magistratura nacional, o alinhamento institucional e o aprimoramento contínuo dos processos educacionais.

3.1. Pauta das Reuniões com as equipes técnico-pedagógicas das Escolas

1. Apresentação do planejamento pedagógico anual Enfam e Escolas Visitadas
2. Compartilhamento de calendário de Conformidade com os normativos da ENFAM e do CNJ
3. Estratégias de cooperação entre as escolas e a ENFAM
4. Mecanismos de gestão da Renejum
5. Boas práticas educacionais e sugestões de inovação
6. Críticas e sugestões para a formação inicial e de formadores

4. Considerações das Escolas Visitadas

O Dr. Rommel permaneceu em sala e pontuou sobre o papel da Escola Judicial e sua responsabilidade com a Comunidade. Citou, por exemplo, que busca estabelecer parceria com empresa de comunicação via satélite, para as comunidades indígenas, contribuindo para que haja melhor comunicação deles com a polícia federal, ou mesmo para promover educação e saúde;. Inclusive pontuou sobre a importância da inclusão desse tema na formação de magistrados e magistradas. Ele deseja mostrar que a escola judicial cumpra seu papel constitucional.

O Desembargador pontuou que a EJAP é a menor escola do Brasil, e possui 7 servidores atuando, mas que possuem a obrigação de fazer os que as Escolas maiores fazem. Citou que no curso de formação de magistradas e magistrados, eles são levados para interagir com a comunidades e conhecer os projetos.

Dr. Rommel reforçou que é preciso lidar com a saúde mental e qualidade de vida das magistradas e dos magistrados. Relatou sua intenção de promover cursos que abranjam outros aspectos da vida, como forma de incentivar a adesão desses discentes às ações da Escola. Solicitou ainda que a EJAP seja a pioneira em um trabalho piloto da Enfam voltado para competências comportamentais e socioemocionais.

Por fim, Dr. Rommel citou a baixa adesão dos magistrados às ações da escola, e que, em sua percepção, se deve ao foco exacerbado em cursos apenas técnicos. Para ele, é importante que as escolas se voltem para a qualidade de vida, e cursos comportamentais,

para que magistrados também lidem com a pressão do trabalho. Outro ponto, para ele é a quantidade de trabalho que os juízes possuem, o que os impedem de deixar suas comarcas.

Em reunião com a equipe técnica, eles pontuaram:

1. Desafios da Escola:

- Escola pequena, com poucos servidores atuando (7), mas com a mesma obrigação das grandes escolas.
- Recursos existem, mas faltam servidores na equipe para atenderem o corpo funcional do Tribunal do Amapá (1500 servidores, 9 desembargadores e 80 magistrados).
- Oferecem bolsa de pós-graduação por reembolso para servidores e magistrados.
- Falta de estrutura para atender às exigências de qualidade.
- Reconhecem que não fazem o suficiente, por limitações de equipe.

2. Sugestões e Demandas:

- Normatização de equipe mínima pela Enfam, para que as escolas tenham força de negociar suas equipes.
- Melhor uso da rede de escolas, com a criação de um espaço para compartilhamento de planejamentos anuais.
- Compartilhamento de cursos da Enfam e CNJ.
- Suporte de coordenação pedagógica como consultoria.
- Oficinas com as escolas para capacitação.
- Encontros presenciais fortalecem a rede.
- Proposta de encontros regionais de diretores de escolas, para que eles debatam sobre suas ações e práticas, e conheçam mais as perspectivas educacionais das escolas (sugestão: em agosto/setembro).

Por fim, manifestaram interesse em estreitar parcerias com a ENFAM, especialmente via Renejum.

Na oficina, no dia 22, em discussão inicial, as magistradas e magistrados presentes debateram sobre como a formação judicial deve ir além da técnica, promovendo o autoconhecimento e a empatia entre os profissionais do Direito. Para eles, é essencial que a justiça seja compreensível e próxima da realidade das pessoas, utilizando uma linguagem acessível e clara. Deve-se ter cautela com a massificação da aplicação da pena, respeitando a singularidade de cada contexto. Além disso, o uso de novas ferramentas

tecnológicas é bem-vindo, desde que não comprometa a humanidade no exercício da função. As magistradas e magistrados pontuaram a necessidade de se evitar que a justiça se transforme em um processo automatizado, como um “*drive-thru*”, sem impacto real na vida das pessoas. Defenderam que a atuação do Judiciário deve gerar resultados práticos e significativos para a sociedade. Por fim, criticaram a incoerência entre a cobrança de um serviço de excelência, com metas e números - comparado a uma estrela “*Michelin*” de qualificação gastronômica -, em contrapartida com uma estrutura precária oferecida pelo sistema, com sobrecarga de trabalho e pressão por resultados, semelhante a um “bandejão”.

5. Considerações da equipe técnico-pedagógica da ENFAM:

Explicou-se, por meio da fala do Ministro Benedito Gonçalves, Diretor-geral da Enfam, que a proposta é aproximar a Enfam das escolas judiciais, promovendo uma troca contínua de experiências e fortalecendo a rede institucional. Nesse contexto, a integração entre Escola, Judiciário e Sociedade se torna essencial para aproximar o sistema de justiça da população, pois elas podem desempenhar um papel estratégico ao fomentar o diálogo e a escuta ativa, valorizando as especificidades regionais e promovendo o intercâmbio de boas práticas — como, por exemplo, adaptar experiências bem-sucedidas do Amapá para contextos do Sul do país. Além disso, o Ministro pontuou que é fundamental incentivar as iniciativas da Renejum, buscando um alinhamento pedagógico, normativo e institucional que fortaleça a atuação conjunta e colaborativa entre as diferentes instâncias do Judiciário.

A equipe reconhece os desafios enfrentados pela EJAP são dificultadores para compartilhamento das propostas de ações da Escola;

A equipe da Enfam demonstrou disposição em oferecer apoio técnico para o planejamento e execução das ações educacionais;

6. Encaminhamentos

- Propor projeto piloto para o desenvolvimento de competências comportamentais e socioemocionais, com vistas à promoção da saúde laboral, alinhado com a Resolução N^o 207 de 15/10/2015, norma programática do CNJ, que tem por diretriz a educação para a saúde: fomentar ações educativas, pedagógicas e de capacitação de magistrados e servidores sobre saúde e segurança no trabalho, conscientizando-os da responsabilidade individual e coletiva para com a construção e manutenção de ambiente, processo e condições de trabalho saudáveis e seguros. Alinha-se também à Resolução N^o

240 de 09/09/2016, norma programática, que dispõe sobre a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário, e à Resolução Nº 325 de 29/06/2020, também programática, que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026.

- Promover iniciativas para fortalecer o diálogo para apoio ao planejamento educacional das Escolas, via Renejum;
- Propor, conforme normativo da Renejum, a aplicação de instrumento diagnóstico nas escolas, preciso e com informações pontuais que complementem essa visita;
- Propor à equipe diretiva da Enfam criação de um calendário interativo e virtual com as ações educacionais para toda a Rede com a possibilidade de alimentação de informações pelas escolas participantes;
- Avaliar sugestões para conferir maior praticidade nas formações iniciais e de formadores;
- Incentivar a troca de boas práticas entre as escolas;
- Promover o alinhamento entre os cursos ofertados e a realidade do exercício da magistratura;
- Propor envio de ofício-circular às Escolas para que indiquem necessidades específicas de apoio técnico ou institucional que poderiam ser supridas pela Rede RENEJUM. Tais apoios podem incluir, mas não se limitam a:
 - Compartilhamento de materiais didáticos e planos de curso;
 - Apoio para desenvolvimento de metodologias de ensino ativas ou avaliações de aprendizagem;
 - Intercâmbio de docentes e especialistas entre escolas da rede;
 - Suporte técnico para o uso de plataformas de ensino a distância;
 - Cooperação para oferta conjunta de cursos temáticos ou regionais;
 - Apoio à implementação de trilhas de aprendizagem integradas.
- Propor à equipe diretiva da Enfam o desenvolvimento de um Painel BI da Rede, contendo:
 - dados sobre capacitações por Estado e/ou Região
 - visualização de temas que tiveram oferta de capacitações que levem em consideração as normativas e políticas do CNJ
 - filtros por temas, tribunais e escolas organizadoras
 - modelo semelhante ao BI do antigo Aprimore (CEFOR/STJ)







Escola Nacional
de Formação
e Aperfeiçoamento
de Magistrados



+55 (61) 3319-7700



www.enfam.jus.br



enfam@enfam.jus.br



ENDEREÇO: SCES - Trecho 3, Polo 8, Lote 9, 1º andar
Prédio do Conselho da Justiça Federal (CJF) Brasília - DF, Brasil CEP: 70.200-003